

CRISE E MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UM PROJETO INSTITUCIONAL: O CASO DA PUC - RIO DE JANEIRO

Stella Cecilia Duarte Segenreich

Este trabalho toma como base uma pesquisa realizada entre 1988 e 1990, que teve como objetivo geral investigar o significado, para a comunidade da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC/RJ), da questão da participação no cotidiano da Universidade, face a seu projeto historicamente contruído (Segenreich, 1990).

A idéia de dar destaque à trajetória histórica da instituição na parte referente à análise dos resultados consolidou-se na medida em que percebemos que os próprios entrevistados recorriam à descrição do passado da universidade para melhor explicar sua definição atual acerca de determinadas questões.

Optamos, então, por definir alguns momentos ou períodos da trajetória da PUC/RJ através dos seguintes marcos: as origens da universidade; as reformas da década de 60; e, o processo de democratização nos anos 80. A definição destes momentos ou períodos teve como base de referência os passos de análise propostos por Silverman em sua abordagem da ação (1970): origem da organização; ação na organização; e, mudança organizacional.

Na medida em que os resultados obtidos através deste método de análise suscitaram novas questões e que a criação, institucionalização e desen-volvimento de IES constitui uma importante categoria na pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo GT de Educação Superior (GT/ANPEd, 1995), decidimos fazer uma releitura desta trajetória com o objetivo de verificar: (a) o peso da origem da instituição na sua trajetória; (b) as repercussões dos dois movimentos de ação enfocados - reformas da década de 60 e processo de democratização nos anos 80 - nesta mesma trajetória. Em função do objeto de estudo deste documento, faz-se necessário explicitar o que Silverman incluiu em cada um de seus passos de análise.

Sobre a **origem da organização**, chama ele atenção para o fato de que as organizações são criadas por uma pessoa específica ou grupo. Tornar-se-ia então necessário perguntar: *Quem são estas pessoas e qual a natureza dos fins e das definições de situação que os levam a formar uma organização com determinado objetivo?* (Silverman, 1970, p.148)

Em relação ao problema da **ação nas organizações**, Silverman chamou atenção para o fato de que o modelo de relação social original pode mudar através dos anos na medida em que as expectativas de certos atores não são atingidas ou então novos atores entram em cena. O que acontece é que passam a coexistir diferentes orientações porque os atores trazem diferentes fins e expectativas ao se tornarem membros de uma organização. Como consequência, eles podem ou não alterar o sistema de expectativas vigente.

Quanto à **mudança organizacional**, ela pode ser entendida tanto como uma mudança das regras do jogo como uma mudança do comprometimento dos atores com elas. O que é importante ressaltar é que não se ignora a importância do contexto social mas defende-se o fato de que o relacionamento entre a estrutura organizacional e o contexto em mudança não é mecânico. O contexto físico coloca limites mas, dentro desses limites, o contexto pode ser reinterpretado de diferentes formas e a reação dos membros de diferentes organizações pode variar. O mérito da abordagem da ação é que ela se propõe a analisar como a mudança emerge da interação de atores. Esta mudança, entretanto, confirma certas expectativas dos atores e refuta outras, como inalcançáveis, levando a uma nova definição de situação.

Na organização do trabalho , procurou-se manter os momentos ou períodos já mencionados - origem da Universidade, reformas da década de 60, processo de democratização nos anos 80 - para , em seguida, analisá - los à luz da abordagem de Silverman.

A ORIGEM DA UNIVERSIDADE

A criação, em 1941, das Faculdades Católicas, que deram origem à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi um dos produtos de intenso trabalho da Igreja no sentido de criar uma alternativa não só ao modelo de universidade proposto no Estatuto das Universidades Brasileiras elaborado por Francisco Campos em 1931 como também iniciativas tais como a proposta da Universidade do Distrito Federal, concebida por Anísio Teixeira e instalada em 1935.

Este processo tem sua origem na criação do Centro D. Vital, em 1921, pelo então bispo auxiliar D. Leme. Entretanto, foi a partir de 1928, quando este Centro passou a ser presidido por Alceu Amoroso Lima ao mesmo tempo em que o Padre Leonel Franca foi escolhido por D. Leme para ocupar o posto de assistente eclesiástico do Centro, que o empenho dispensado ao ensino e, em especial ao ensino superior, ficou mais patente.

No bojo do discurso de abertura, em 1932, do Instituto Católico de Estudos Superiores, o Padre Leonel Franca (1954) antecipa as finalidades que deveriam ser cumpridas pela futura Universidade Católica no Brasil: (a) integrar o movimento internacional do renascimento filosófico católico e, concomitantemente, servir como um modelo alternativo de organização universitária; e, (b) ressocializar as elites dirigentes segundo os princípios ético-religiosos a fim de tornar-se possível instaurar um modelo alternativo de sociedade.

Em 1940, D. Leme confiou à Companhia de Jesus a direção pedagógica e administrativa da futura Universidade que, com o nome de Faculdades Católicas e composta do curso de bacharelado de Faculdade de Direito e de sete cursos da Faculdade de Filosofia, abriu seus cursos em março de 1941. Na solenidade de abertura dos cursos discursaram o padre Leonel Franca, enquanto reitor das Faculdades Católicas; o ministro da Educação, Gustavo Capanema; e, ainda, Alceu Amoroso Lima e Afonso Pena que falaram, respectivamente, em nome da Faculdade de Filosofia e da de Direito. Neste momento, inclusive, foi reafirmada a ligação entre as finalidades a serem cumpridas pela futura Universidade Católica e as escolas instituídas: a Faculdade de Filosofia como núcleo de renascimento do ideário filosófico e pedagógico e a Faculdade de Direito como formadora das elites dirigentes.

O pedido de oficialização, após enfrentar resistências no Conselho Nacional de Educação, foi finalmente aprovado em dezembro de 1942. Quatro anos depois, em março de 1946, com a agregação da Escola de Serviço Social, as Faculdades Católicas foram elevadas à categoria de Universidade. No ano seguinte ela recebeu o título e as prerrogativas de Pontifícia. Entretanto a Faculdade de Teologia defendida por Alceu de Amoroso Lima só veio a ser criada mais tarde.

Este atraso na criação da Faculdade de Teologia leva-nos a refletir sobre o "sucesso" da implantação da Universidade Católica em relação às aspirações últimas da intelectualidade católica. Para Tania Salem (1982), por exemplo, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), desde sua origem, se institucionalizou mais como um centro de excelência acadêmica do que como veículo de evangelização. Um dos indicadores apontados por ela para chegar a esta conclusão foi a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1948. O próprio padre Franca justifica sua criação, nos seguintes termos, ao discursar no palácio do Catete, no ato de assinatura da autorização previa de seu funcionamento: *ela nasceu de uma percepção viva das exigências técnicas do país* (1954, p.140).

Por outro lado, vale a pena ressaltar a preocupação em se preservar o ideário católico na forma de escolha de seu dirigente - nomeado pela autoridade arquidiocesana- como também nos requisitos exigidos para exercer a reitoria: ser sacerdote, doutor em Teologia, ou Direito Canônico ou Filosofia e pertencer ao professorado superior.

AS REFORMAS DA DÉCADA DE 60

No início da década de 60, no entanto, um grupo de dirigentes da Universidade começou a buscar novas direções. Nesta ocasião, numa atitude pioneira para uma universidade particular, a PUC/RJ, utilizando recursos próprios, montou seus primeiros laboratórios e contratou seus primeiros docentes em tempo integral para desenvolver, de forma sistemática, atividades de pesquisa. Este fato foi lembrado por um dos entrevistados, que pertencia ao corpo de jesuitas dirigentes da época. Segundo ele:

Foram-nos entregues aquelas casas e nós montamos então os primeiros laboratórios de Física, Química e uma pequena oficina mecânica. Logo mais, o então reitor Pe. Alonso cedeu um andar completo do atual prédio da Física para mostrar os laboratórios novos, isso foi entre 59 e fim de 60... Em 1960 aconteceu também que chegou o primeiro computador...

Essa mudança de direção da PUC/RJ em termos de valorização da pesquisa pode ser constatada, inclusive, nos novos estatutos da universidade, elaborados em 1962 (PUC/RJ, 1962) com a finalidade de atender às exigências da Lei de Diretrizes e Bases, recentemente promulgada. Em seu artigo primeiro, passou a ser definida como uma das finalidades da PUC/RJ **manter e desenvolver o ensino superior e a pesquisa** ao invés de **manter e desenvolver o ensino**, como prescreviam os estatutos de 1950.

Por isso mesmo, quando o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) resolveu apoiar a pós-graduação e pesquisa em universidades, a PUC/RJ foi uma das entidades escolhidas para receber este apoio governamental. De acordo com as prioridades governamentais de então, a Física, Química e Informática foram privilegiadas. Segundo o mesmo dirigente anteriormente citado, o fato da PUC começar a receber financiamento para pesquisa, para estudo e para ensino foi vital e *criou a tradição que vem até hoje com muita dor de cabeça mas está sendo preservada*.

Na realidade, uma das "dores de cabeça" foi que, a partir deste momento, passaram a existir duas realidades na PUC/RJ: as áreas financiadas pelo governo federal (área tecnológica e ciências básicas) e as áreas não financiadas (ciências humanas e sociais). Apesar dos esforços da Universidade em tentar, com recursos próprios, estender o modelo de ensino e pesquisa integrados às áreas não financiadas, não foi possível impedir a defasagem entre essas áreas.

O projeto de Reforma da Universidade, elaborado em 1967 por um grupo de trabalho designado pelo reitor, tentou restaurar a posição de destaque das ciências humanas e a natureza católica da Universidade como pode ser verificado neste trecho da apresentação do Projeto de Reforma:

*O Centro de Teologia e Ciências Humanas deve constituir o **core** da Universidade, de tal sorte que antes de qualquer compromisso, incumba-lhe a finalidade de realizar, em plenitude, o conceito de educação formulado pela PUC (PUC/RJ, 1967, p.18)*

No processo de formulação e aprovação do projeto de Reforma da PUC/Rio, dois atores tiveram participação significativa por representarem o contexto de reformas porque passava todo o sistema de ensino superior na segunda metade da década de 60: o professor Atcon, que elaborou uma proposta para a reestruturação da PUC / Rio a pedido da direção da própria universidade; e, o professor Newton Sucupira, que foi relator do projeto de reforma da Universidade no Conselho Federal de Educação.

Convidado a opinar sobre as idéias de reforma em debate na PUC/RJ, o professor Atcon elaborou um estudo onde faz várias críticas e sugestões a partir da avaliação das idéias de reforma existentes na instituição. Muitas delas não foram incorporadas à reforma da PUC/RJ apesar de estarem bem próximas das propostas legais da Reforma Universitária de 1968/69. Entretanto, a visão centralizadora de administração defendida por Atcon teve lugar no projeto

de Reforma da Puc, e foi, inclusive, objeto de várias críticas, inclusive do relator do processo de Reforma, Professor Newton Sucupira.

No primeiro parecer, elaborado em março de 1968 (mesmo ano em que integrou o Gt da Reforma Universitária), o Professor Sucupira chama atenção para dois pontos de grande importância. Em primeiro lugar, ele enaltece a proposta de se conferir à instituição novo conteúdo e sentido, visando realizá-la como autêntica universidade católica. Em segundo lugar, o relator, mostrando ter pleno conhecimento das verbas que a PUC/RJ vinha recebendo desde o início da década de 60, faz um exame do plano de reestruturação da Universidade à luz dos princípios que orientavam a reestruturação das universidades federais.

O impacto do Parecer 165/68 no processo de reforma da PUC/RJ foi bem diferente do impacto da proposta do professor Atcon. Enquanto esta última desempenhou um papel de subsídio encomendado pela própria instituição, o parecer do professor Sucupira, ao estipular uma série de exigências que deveriam ser respondidas, gerou intensa movimentação na universidade, inclusive com a manifestação de segmentos da comunidade universitária que não haviam participado da elaboração do Projeto de Reforma. Dois segmentos tiveram papel importante nesta discussão: (a) o corpo docente da universidade, tendo em vista o contexto de intenso movimento estudantil da época; e, (b) os dirigentes, incluindo entre esses últimos, professores em cargos de direção.

No primeiro semestre de 1968, as lideranças estudantis da PUC/RJ viram-se diante, por um lado, do projeto de reforma de sua universidade no auge da discussão e, por outro lado, de um processo crescente de contestação das estruturas, que ultrapassou as fronteiras do próprio país. Apesar de intensamente envolvidos nos problemas em nível nacional, fomos encontrar um posicionamento dos líderes estudantis em relação ao Projeto de Reforma da PUC na carta aberta que eles entregaram ao Padre Arrupe, Superior Geral dos Jesuítas, quando de sua visita à Universidade em maio de 1968. Neste documento, publicado na íntegra pelo Jornal Escola da PUC (PUC/COM, 1968), eles apontam distorções na concepção de universidade católica e no plano de reestruturação e denunciam o favorecimento na aplicação de recursos às Faculdades de Ciências Técnicas e Naturais, em detrimento das Faculdades de Ciências Humanas e Sociais. Entretanto, a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, seguida pelo Decreto-lei 477, em fevereiro de 1969, fez cessar todas as manifestações de reivindicação no meio universitário, com evidente impacto no movimento estudantil da PUC/Rio.

Quanto à atuação dos professores-dirigentes no processo de elaboração da Reforma, é importante registrar que uma parte deste grupo não participou do início deste processo, segundo um dirigente da época, *por incredulidade ou... não é apatia; achavam que a coisa não ia continuar.*

A atuação deste grupo se concentrou em dois tipos de reivindicações feitas no decorrer de reuniões programadas por um grupo de trabalho especialmente formado para preparar a resposta ao Parecer 165/68: (a) as mudanças nas exigências do Parecer: estruturação dos Centros; diminuição da excessiva centralização das vice-reitorias acadêmica e administrativa; revisão do papel da Mantenedora no sentido de fortalecer a mantida (b) as decorrentes da própria comunidade universitária: necessidade de admitir-se os cargos de direção escolhidos por eleição para garantia dos melhores especialistas e pesquisadores nestas funções (Ribeiro, 1968).

Na realidade, as modificações estruturais feitas no projeto original da Reforma foram poucas e decorreram, principalmente, de exigências do Conselho Federal de Educação e adaptações à nova legislação promulgada no segundo semestre de 1968. Os centros continuaram sem definição regimental própria; a centralização administrativa permaneceu apesar de algumas modificações feitas; o papel da Mantenedora não foi alterado, isto é, o Conselho da Mantenedora deixou de constar dos Estatutos o que não significa que tenha realmente

deixado de exercer papel de controle; a forma de escolha dos diretores permaneceu igual ao projeto original. Mesmo algumas exigências não foram atendidas. A forma de escolha do reitor foi mantida, com base em legislação promulgada **posteriormente** ao Parecer 165/68, que delegou aos estatutos das universidades particulares a competência para definição do processo de escolha de seus dirigentes.

Finalmente, uma última questão persiste: o que aconteceu em relação à proposta inicial de restaurar a posição de destaque das ciências humanas e a natureza católica de Universidade? O problema da diferença entre centros, denunciada pelos alunos, se acentuou na fase de implantação da Reforma, em favor da área tecnológica em detrimento do Centro de Teologia e Ciências Humanas, idealizado como "core" da Universidade. Uma crise financeira em 1972 atingiu ainda mais este Centro e o de Ciências Sociais por não terem suporte externo.

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NOS ANOS 80

Já na segunda metade da década de 70 a sociedade como um todo vinha passando por um período lento de abertura política que veio culminar com a lei da anistia em 1979. Neste período, os estudantes começaram a reorganizar suas associações representativas mas, foi a criação, pelos professores, de associações profissionais dentro de cada instituição acadêmica que veio propiciar a introdução de novos atores em condições de debater questões relativas à autonomia e à democratização da universidade. É evidente que este movimento somente aconteceu em instituições onde os docentes deixaram de ser participantes eventuais da instituição universitária pela implantação do regime de tempo integral. A PUC/RJ se inclui entre estas instituições e data desta época, inclusive, a criação da sua Associação de Docentes - a ADPUC.

Por outro lado, no início da década de 80, a influência das novas orientações da Igreja, em particular o documento do episcopado latino-americano reunido em Puebla e pronunciamentos do Papa João Paulo II, se refletiram na direção da universidade em focar a participação da comunidade universitária na definição dos rumos da instituição. Ela é percebida como forma de **comunhão mas com restrições**, isto é, *em termos de universidade católica, (a comunhão) se traduz pela aceitação de sua estrutura básica* (PUC/RJ, 1979, p.10-11)

No momento em que as restrições acima sugeridas se concretizaram na demissão de professores, em 1981, instalou-se uma crise institucional na universidade, na qual a recém-criada ADPUC desempenhou um papel fundamental na medida em que *ela está na origem da reformulação do Estatuto em relação à contratação e demissão de professores*, como atesta um professor entrevistado.

A partir desse incidente, instalou-se na PUC/RJ uma situação de crescente debate sobre a questão da democracia interna da Universidade, por parte dos professores, em sintonia com propostas nascidas: (a) em outras instituições, como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); (b) em associações como a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES); e, (c) no próprio Ministério da Educação e Cultura. Algumas destas propostas foram, inclusive, debatidas em seminário promovido pela ADPUC em 1985, intitulado **Universidade na Democracia**.

Ao mesmo tempo em que as propostas de democratização estavam sendo discutidas em âmbito nacional e, em parte, em decorrência delas, a PUC/RJ tornou-se palco de uma série de mudanças do ponto de vista institucional, algumas fruto direto das reivindicações de determinados segmentos de sua comunidade universitária, outras fruto da trajetória estabelecida pelos próprios dirigentes da instituição. Entre estas últimas se inclui a elaboração do Plano Diretor da PUC/RJ, concluído em 1982.

Na introdução deste documento foi mais uma vez afirmado o compromisso com a excelência

como meta de trabalho tendo em vista que a Universidade *tem dado papel importante à pesquisa como criadora de conhecimento e como formadora nos alunos de uma capacitação elaboradora de projetos*. (PUC/RJ, 1984, p.8) Entretanto, por influência dos já mencionados documento de Puebla e diretrizes do Concílio Vaticano II assim como do documento de Medellin, participantes dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor chamaram atenção para a importância que também deveria ser dada às **atividades de extensão** na Universidade, na década de 80. Resta saber até que ponto este novo compromisso com a extensão universitária reflete o pensamento dos diferentes atores presentes na instituição ou tem sobre eles o mesmo impacto que a valorização das atividades de pesquisa, no início da década de 60. Aliás, é o compromisso com a pesquisa o que mais se evidencia na proposta de reestruturação da Carreira Docente, implantada em decorrência do Plano Diretor.

No segundo semestre de 1986, professores e funcionários entraram simultaneamente em greve que, deflagrada por motivos basicamente salariais, trouxe em seu bojo uma série de reivindicações: (a) participação nos colegiados superiores, por parte dos funcionários; e, (b) eleição de Decanos e Vice-Reitores, ampla reforma dos Estatutos e eleição de todos os representantes docentes para o Conselho de Ensino e Pesquisa e Comissão de Planejamento e Alocação de Recursos, recém-criada, por parte dos docentes.

Em carta dirigida a professores e funcionários, o reitor da PUC/RJ chamou mais uma vez atenção para a natureza particular e confessional da Universidade e afirmou que *"uma reformulação que atingisse esses pontos essenciais não seria aceitável para quem quisesse manter os ideais que levaram à criação da Universidade"* (Moura, S.J., 1986, p.3). Em função desse posicionamento ele não concorda com a reforma dos Estatutos e eleição de Decanos e Vice - Reitores mas não vê inconveniente em relação às demais reivindicações.

Este conjunto de propostas relacionadas a uma maior participação da comunidade universitária na gestão da PUC/RJ foi atropelado pela crise financeira que nela se instalou no primeiro semestre de 1987, época em que foram desenvolvidas as 146 entrevistas da pesquisa, mencionada na introdução deste documento. Cabe, neste momento, com um distanciamento de quase dez anos, proceder a um balanço desta trajetória tomando como base os passos de análise de Silverman.

BALANÇO DE UMA TRAJETÓRIA

Sobre a origem da Universidade pode-se constatar dois traços que caracterizam seu nascimento e acompanham toda a trajetória da instituição : (a) presença explícita do aspecto formal e jurídico da natureza católica da instituição, isto é, o fato de ser católica supõe um determinado grupo da Igreja que detem responsabilidade ou, pelo menos, a decisão sobre os cargos fundamentais; e, (b) predominância da excelência acadêmica como caráter específico da PUC-Rio.

Estes dois traços explicam como qualquer iniciativa ligada ao desenvolvimento das atividades de pesquisa não encontra resistência, pelo contrário, é respaldada e incentivada pela instituição. Enquanto isto, as propostas ligadas ao processo de eleição para cargos de decisão encontram forte oposição por parte da administração superior da Universidade e da Mantenedora.

Com relação à ação dos atores na organização, verificou-se que os diferentes segmentos da comunidade universitária vem se fortalecendo. Os professores absorveram a preocupação institucional com a excelência acadêmica, através da valorização da atividade de pesquisa mas, por outro lado(ou por conta disso mesmo), continuam negociando seu espaço de decisão sobre o funcionamento da Universidade. É uma sucessão de crises e mudanças que esbarram sempre que o "mandato" original da instituição é ameaçado.

A entrada das verbas federais também trouxe a necessidade de tomar conhecimento de atores

"externos" que começaram também a ameaçar, inclusive, a própria identidade da instituição. Propostas de federalização da Universidade ou da transformação do Centro Técnico Científico em Laboratório Associado como formas de resolver o problema da crise financeira que se instalou no final da década de 80 levaram a direção da PUC/RJ a reavaliar suas metas de excelência, antes calcadas na pós-graduação e pesquisa.

Atualmente a Universidade tem procurado expandir suas atividades de ensino de graduação, mantendo a qualidade, assim como tem estimulado a oferta de cursos de especialização e extensão, com o objetivo de diminuir sua dependência de verbas do Estado e, conseqüentemente, preservar sua autonomia na gestão interna. Estas medidas desagradaram muitos atores que, frustrados em suas expectativas, saíram da Universidade. No momento a PUC-Rio está vivendo esta nova definição de situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL/CFE. Parecer analisado 165/68. Reestruturação da PUC/RJ. **Documenta (82)**, 1968, 58-66.

FRANCA, Pe. L. **Alocuções e artigos**. Rio de Janeiro, Agir, 1954, Tomo I.

GT POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ ANPEd. **A produção científica sobre Educação Superior no Brasil, 1968-1995: avaliação e perspectivas**. (Projeto de pesquisa), 1995

MOURA S.J., Pe. L. **Carta enviada a Professores e Funcionários**(doc. interno) Rio de Janeiro, 1986

PUC/COM. Diretórios apontam falhas da PUC. **Jornal Escola**. Ano 3, 14, 1968

PUC/RJ. **Anuário de PUC/RJ**. Rio de Janeiro, vol. XXXIX, 1979

PUC/RJ. Estatutos da PUC/RJ. **Revista Verbum**. Tomo XIX, fasc. 3, 1962

PUC/RJ. **Plano Diretor da PUC/RJ**. (doc. interno) Rio de Janeiro, 1984

PUC/RJ. **Projeto de Reforma da PUC**. (doc. mimeografado) Rio de Janeiro, 1967

RIBEIRO, P.A. **Curso para o Grupo de Trabalho do Plano Diretor da PUC**. (doc. interno). Rio de Janeiro: Assessoria de Planejamento da PUC, 1968

SALEM, T. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: Simon Schwartzman. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, 97 - 136

SEGENREICH, S.C.D. **Participação na Universidade: as mil faces do cotidiano**. (tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1990

SILVERMAN, D. **The theory of organisations - a sociological framework**. London: Heineman, 1970

Profa Stella Cecilia Duarte Segenreich

Professora Adjunta da FE/UFRJ

Av. Prof. Dulcídio Cardoso, 2500 Bl. 01 Apt. 1101

Rio de Janeiro - CEP 22631 050 RJ

Tel: (021) 325 3573 Tel/Fax: (021) 326 1005

